

Papa Francisco e a instituição de um governo latino-americano no Vaticano

Pope Francis and the establishment of a latin american government in the Vatican

Lucas Soares Portela¹

Resumo

Da mesma forma que Cristo dividiu sua missão com os apóstolos, o Papa divide seu pontificado com colaboradores, sendo estes determinantes para a condução da Política da Igreja. Este artigo aborda as alterações que o Papa Francisco realizou durante o primeiro ano de seu pontificado, com o objetivo de analisar as tendências organizacionais deste novo pontificado e sua relação com a "hemorragia de fiéis" na América Latina. Esta reflexão é realizada abordando inicialmente os aspectos metodológicos sobre a Política Vaticana. Posteriormente, o artigo realiza um debate sobre novos órgãos no processo decisório vaticanista e a reconfiguração de órgãos antigos. Além de falar das mudanças, o artigo também fala das manutenções no processo decisório da Igreja, pois elas também trazem muito significado sobre as intenções do papa Argentino. Para tanto, o método de pesquisa utilizado é a documentação direta, tendo com instrumentos a pesquisa bibliográfica e documental. Ao final do artigo, foi concluída uma tendência ao perfil moderado no governo do Papa Francisco, além de uma predisposição por nomes latino-americanos ou que tiveram experiências e residências no continente latino-americano. Os resultados deste estudo contribuem para futuras pesquisas sobre o governo da Santa Sé em resposta a "hemorragia de fiéis" na América Latina.

Palavras-chave: Igreja Católica. Cardeais. Organização Política.

Abstract

As the same way Christ shared his mission with the apostles, the Pope shares his administration with his collaborators and the choice of these men is crucial for the conduct of Church. This article discusses the changes that the Pope Francis held during the first year of his pontificate to analyze the organizational trends of this new pontificate and its relationship with the bleeding of the faithful in Latin America. The discussion covers methodological issues about Vatican policy; a debate on new organs of the Vatican in political decisions; reconfiguration of existing agencies; and maintenance in the decision making process of the church. Thus, the research method used was direct documentation, and used the bibliographic and documentary research. Finally, the article noted a tendency to moderate profile in the government of the Pope Francisco, and it also noted a predisposition for Latin-American names or who have had experiences and residences in the Latin American continent. Result of this priority to stop the bleeding of the faithful in Latin America and manage crises in the Church as a whole.

Keywords: Catholic Church. Cardinals. Policy Organization.

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela UDF. Especialização em Relações Internacionais e Diplomáticas na América do Sul pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Mestrando em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME). E-mail: lsportela3@hotmail.com

1 Introdução

A política externa, de acordo com Oliveira (2005), é o conjunto de ações adotadas por um Estado para promover seus interesses nacionais no cenário internacional. No caso da Santa Sé, tal interesse é a somatória das preferências do Papa e dos cardeais. Sendo assim, as decisões sobre política externa dentro da Santa Sé podem ser explicadas pelo modelo de política burocrática. Este advoga que as decisões dentro de um Estado são resultantes das relações entre os agentes políticos (ALLISON, 1999).

Por isto, para compreender a tendência das ações do Vaticano é necessário avaliar a composição ideológica e geográfica dos grupos que compõe o processo decisório pontifício. No entanto, por uma questão de limites metodológicos, somente serão considerados a avaliação do G8, Comissão Cardinalícia de Supervisão do Vaticano, Secretaria de Estado, Colégio Cardinalício, e as Congregações da

Cúria, por deterem maior poder dentro da Igreja. Os demais organismos não serão avaliados devido ao copioso grupo de agentes envolvidos no processo decisório, como o Colégio e Sínodo de Bispos, ou a acanhada participação no processo de elaboração da política da Igreja, como no caso dos tribunais.

A primeira sessão do estudo é sobre algumas considerações importantes ao estudo sobre a política da Santa Sé. A segunda sessão é dividida em três análises: a primeira sobre os novos órgãos criados para auxílio da gestão da Igreja Católica; a segunda sobre os órgãos reestruturados no primeiro ano de pontificado do Papa Francisco; e o terceiro sobre os organismos que permaneceram inalterados. Com isto, ao final do artigo é possível desenhar o extrato dos organismos decisores que o Papa Francisco montou, assim como as possíveis tendências e prioridades para este novo pontificado.

2 Aspectos metodológicos sobre a política vaticana

A maior dificuldade da promoção de unidade dentre os cardeais é a geografia. De acordo com John Allen (2003), os cardeais estão distribuídos pelo mundo e somente se reúnem nos Consistórios, que veremos mais adiante; nos Conclaves; ou em pequenos eventos isolados. Por isso, os cardeais mais

conhecidos pelos demais geralmente são os que trabalharam no Vaticano.

Assim, sabendo que as escolhas racionais de um cardeal e de um papa são baseadas principalmente pela sua formação histórica; moral; e religiosa (PORTELA, 2011), um papa de fora da Europa, como o Papa Francisco, terá

preferências iniciais por cardeais que conhece com maior profundidade, com formação e experiências semelhantes as suas, como é o caso dos cardeais latino-americanos ou que prestaram algum serviço neste continente, pois passou parte significativa da sua vida sacerdotal dentro da Igreja Latino-Americana. No decorrer do pontificado, estas escolhas vão sendo alteradas focalizando os objetivos de um pontificado. Assim, caso seja necessária uma reaproximação ou solução de uma crise de fé no continente africano, o papa escolherá alguns secretários que tiveram contato com aquele continente. Cabe ressaltar que tais alterações de colaboradores por um papa também são realizadas devido à crise internas, escolhendo assim, membros de sua confiança.

O ano de 2013 foi mais um desses períodos de mudanças para a Santa Sé. Além de um papa latino-americano e de um novo Colégio Cardinalício, este Estado começou a experimentar mudanças na sua forma organizacional, processos decisórios e política externa. Conhecer cada uma dessas mudanças permite compreender a linha de ação do Papa Francisco e as possíveis mudanças que ocorrerão no mundo, em especial na América Latina, que goza de cerca da metade dos católicos do mundo, conforme reportagem apresentada pela CNBB (2013).

Os estudos sobre Política Externa podem ser divididos basicamente em

dois momentos: processo de elaboração e processo de aplicação (OLIVEIRA, 2005). Este estudo discorre sobre o primeiro processo. Ademais, o senso comum de que a política externa da Santa Sé é elaborada exclusivamente pelo papa deve ser repensado dentro deste papado, pois o Direito Canônico apresenta três organismos consultivos do Papa para auxiliar na elaboração da política externa: o Colégio dos Bispos, o Sínodo dos Bispos e o Colégio de Cardeais, ou Cardinalício (SANTA SÉ, 1987).

Além do mais, de acordo com Altamani de Oliveira (2005), o processo decisório de um país é composto por duas categorias: a estrutura e o processo. A primeira categoria diz respeito aos vários agentes governamentais domésticos que dispõe de capacidade de comprometer os recursos de uma sociedade e de reverter situações (OLIVEIRA, 2005). O segundo está relacionado com as etapas necessárias para que uma decisão seja efetivamente adotada, iniciando no estímulo que requer uma tomada de decisão. Assim cabe ressaltar cada um dos órgãos citados.

De acordo com o Direito Canônico (SANTA SÉ, 1987), o Colégio dos Bispos constitui uma reunião com todos os Bispos da Igreja Católica, inclusive a Ortodoxa. Esta reunião é denominada de Concílio Ecumênico e tem poder decisório para decretar mudanças como finalidade atualizar a Igreja face às

novas necessidades do mundo, como por exemplo, a alteração da celebração da missa em latim para a língua vernácula de cada país, que foi instituído pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Cabe ressaltar que tais reuniões tem uma frequência rara, devido à dificuldade de reunir tantos agentes decisores e articular todas as opiniões em uma única decisão, por isso, é reservada para grandes reformas.

Os Sínodos dos bispos se assemelham aos Concílios, mas em escala inferior. Ele constitui a reunião de um grupo de bispos de uma região específica do globo (SANTA SÉ, 1987). Os resultados destas reuniões são somente discussões acerca de temas gerais ou regionais (PORTELA, 2011) que serão compiladas e enviadas ao Papa como caráter de aconselhamentos e direcionamentos. Exemplo deste tipo de reunião é o Sínodo dos Bispos para a África, que debates as ações da Igreja neste continente e resoluções para os problemas enfrentados.

As reuniões do Colégio Cardinalício quando presididas pelo Papa são chamadas de Consistórios e podem ser divididas em duas modalidades: ordinárias e extraordinárias (SANTA SÉ, 1987). A primeira é realizada com todos os Cardeais que se encontram em Roma e trata de assuntos ocasionais de importância considerada ou para atos soleníssimos, como a criação de novos cardeais. Na segunda reunião são convocados todos os cardeais do colégio

Paralellus, Recife, v. 5, n. 9, p. 65-78, jan./jun. 2014.

e tratam sobre assuntos de urgência e extrema importância para a condução da Igreja.

O papel dos cardeais na política da Igreja não se limita ao Colégio de Cardeais, mas é estendida nos trabalhos da Cúria Romana, responsável pelas questões administrativas e serviços da Igreja. Em sua composição são encontrados a Secretaria de Estado; os Conselhos para negócios públicos da Igreja; e os Dicastérios: congregações; tribunais e outros organismos (JOÃO PAULO II, 1988). Assim, um Sumo-Pontífice que não consiga articular com a Cúria para implementar sua vontade política é um Papa que não goza de governabilidade, ou seja, não consegue agregar os múltiplos interesses para um objetivo comum (ARAÚJO, 2002).

Independentemente do Direito Canônico, o Papa também consulta para assuntos de política externa a Secretaria de Estado e o G8 da Igreja, este último criado pelo Papa Francisco. Na prática, um papa sempre agiu em unidade com a Secretaria de Estado, responsável pela diplomacia e pelos trabalhos realizados pela Cúria, sendo considerado assim um órgão do processo decisório da Santa Sé. No entanto, devido às crises relacionadas a este cargo, principalmente durante o pontificado de Bento XVI, Papa Francisco pretende reformar o cargo de Secretário de Estado (ECCLESIA, 2013). A proposta seria retirar a Cúria das atribuições da Secretaria e criar um cargo responsável

por intermediar os trabalhos dos organismos da Cúria, restringindo o excesso de poder que o Secretário do Estado tinha sobre a organização da Igreja (ECCLESIA, 2013).

Além desta proposta, o papa Francisco também instituiu um conselho consultivo, chamado de G8 da Igreja, composto por oito cardeais que representam todos os continentes do mundo (VEJA, 2013). Essas reformas políticas realizadas por Francisco no primeiro ano de pontificado são respostas às crises políticas vivenciadas pelo Vaticano durante o pontificado de Bento XVI, como por exemplo, a polémica sobre pedofilia, a falta de transparência do Banco do Vaticano e as revelações do Vatileaks que evidenciaram uma rede de corrupção política dentro da Igreja (TEIXEIRA, 2013).

Ademais é também uma maneira de redirecionar o foco da Igreja para fora da Europa, em especial para a América Latina, em que há uma "hemorragia de fiéis" considerável (CAMAROTTI, 2013). Exemplificando, em 1991, o Brasil apresentava cerca de 83% de sua população da religião católica e em 2010 cerca de 64%, conforme dados do IBGE (apud CAMAROTTI, 2013). Enquanto isto, a comunidade evangélica cresceu de 9,1% em 1991 para 22,2% da população total (IBGE apud CAMAROTTI, 2013). Sendo o Brasil o país com uma parcela significativa dos católicos da América Latina, esses dados evidenciam

uma redução relativa do número de fiéis. Esse redirecionamento, desta forma, acaba se justificando, pois para recompor a credibilidade institucional da Igreja e a capacidade de governança na América Latina é necessário recapitalizar os fiéis desses continentes.

Desta forma, essa capacidade, no caso da política externa da Santa Sé, depende não somente do pontífice, mas também de todos os membros que compõe os organismos citados anteriormente, ou seja, os cardeais. Assim, estes podem mudar os caminhos da política externa deste Estado, tanto porque fazem parte de algum desses órgãos, como por poder se tornar o futuro Papa. Sendo assim, uma das reuniões mais acompanhadas pela mídia e os vaticanistas é o primeiro Consistório Ordinário de cada ano, pois é nele que são criados os cardeais.

Logo, a política externa da Santa Sé tem como ator principal o Papa, que apresenta poder sobre os demais bispos, podendo ser assistido ou não em suas decisões. No entanto, usualmente utiliza dos organismos consultivos previstos pelo direito canônico – Colégio dos Bispos, Sínodo dos Bispos e Colégio Cardinalício – e também da Secretaria de Estado e do G8 do Vaticano. Esses órgãos são, em grande medida, ocupados por cardeais, o que torna estes atores coadjuvantes do processo de elaboração da política vaticana. Assim esses órgãos foi o foco deste estudo, pois a união destes agentes gera maior

governança que possibilita resolver alguns problemas da Igreja, como a

“hemorragia de fiéis” na América Latina.

3 Novos órgãos no processo decisório vaticanista

Ainda no seu primeiro mês de pontificado, Papa Francisco começou a demonstrar uma predisposição em quebrar tradições e realizar reformas, como por exemplo, celebrar a missa de lava pés fora dos muros do Vaticano. No segundo mês após ser eleito, ele realizou a primeira mudança considerável no processo decisório da Santa Sé, a criação de um conselho de cardeais para auxiliá-lo no pontificado, o qual viria a ser conhecido posteriormente de G8 da Igreja.

Esse grupo foi formado pelo Papa Francisco com o objetivo de auxiliá-lo nas decisões políticas da Santa Sé e na reforma da Igreja. Ele é composto por três latinos americanos, dois europeus, um norte-americano, um asiático e um africano (VEJA, 2013). Nesta distribuição percebe-se uma predominância latino-americana sobre o conselho. Isto porque a coordenação do grupo ficou a cargo do Cardeal hondurenho Maradiaga, de perfil moderador², que também auxiliou a candidatura de Francisco durante o conclave (CAMAROTTI, 2013).

Além do mais, os dois europeus do grupo, cardeais Bertello e Reinhard Marx, apresentam tanto experiências de Cúria quanto experiências com Igrejas fora da Europa, ou seja, tiveram a possibilidade de experimentar igrejas particulares e os problemas que podem não ser notados corretamente pelos cardeais que somente viveram a Igreja de Roma. Neste sentido, mesmo nomeando europeus, Papa Francisco foi cauteloso em escolher nomes. Isto porque, pelas experiências fora do Vaticano e conhecimentos sobre a Igreja na América Latina, estes dois perfis podem facilitar o diálogo dentro das reuniões.

Outro organismo de controle utilizado pelo Papa é a Comissão Cardinalícia de Supervisão do Banco do Vaticano. Ela foi criada no ano de 2012, pelo Papa Bento XVI, para supervisionar o Banco do Vaticano com o objetivo de evitar lavagens de dinheiro que já foram alvo de acusações no passado (O GLOBO, 2014). Depois de eleito, Papa Francisco não excluiu essa Comissão, mas trocou todos os seus membros. Embora não haja nenhum nomeado latino-americano no grupo, especialistas indicam que todos seguem a mesma linha de pensamento do Papa Francisco e

² De acordo com John Allen Jr. (2003), apesar de não haver uma divisão oficial sobre o perfil político dos cardeais na Santa Sé, é possível, por meio das ações de cada cardeal, traçar um perfil. Para ele, os cardeais podem ser divididos em três perfis básicos: liberal; conservador e moderado.

apresentam as mesmas ideologias (O GLOBO, 2014).

Além disto, dos cinco cardeais nomeados três já moraram na América Latina: Pietro Parolin; Santos Abril y Cartão Castello; e Jean-Louis. Embora tenham tido um período de residência no continente, não permaneceram por muito tempo e não tiveram outros trabalhos relacionados com a América Latina. Ademais, os outros dois cardeais, Thomas Collins e Christoph Schönborn, são de nacionalidade canadense e austríaca, respectivamente, apresentando menos ligação com a Itália.

Por consequência, esses dois órgãos são utilizados pelo Papa não somente para reverter à crise da Santa

Sé, mas também para auxiliar no controle e gestão do governo e economia vaticana. O G8 da Igreja tem intuito de representar o mundo todo, pois é composto por cardeais vindo de todos os lugares do planeta, mas a trajetória de cada um deles demonstra um grupo com predominância do trabalho pastoral sendo realizado na América Latina. A Comissão por outro lado, apresenta alguns membros com uma leve ligação com a América Latina, pois não residiram tanto tempo no continente como os cardeais do G8 e não trabalharam em organismos com foco latino-americano como os demais, no entanto, apresentam ideologias semelhantes ao do Papa Francisco.

4 Reconfiguração de órgãos antigos

Todas as vezes que um novo Papa é eleito, o mundo fica a espera de mudanças, mas algumas alterações dentro do Vaticano podem ser inesperadas ou até mesmo temidas, devido possíveis crises institucionais. Podemos dizer que duas dessas difíceis mudanças estão vinculadas com a Secretaria de Estado e o Colégio Cardinalício. Para alterar a primeira um Papa estará manipulando nomes de grande influência dentro do Vaticano, que podem gerar barreiras para o governo dele.

Por sua vez, ao nomear cardeais, um Papa pode alterar o balanço de poder dentro do Colégio Cardinalício e incomodar alguns membros. Ademais, a complexidade de alterar a configuração do Colégio está na vitalidade dos antigos membros. De acordo com a Constituição Apostólica de Paulo VI, um papa pode ter em seu colégio um número máximo de 120 cardeais eleitores (ALLEN JR, 2003). Por isto, enquanto os cardeais anteriores não chegam à idade limite de 80 anos, o papa não poderá nomear novos membros sem desrespeitar a regra de Paulo VI. Isto significa que somente um

papado de longa duração possibilita a troca completa do colégio por membros de ideologias semelhantes.

Provas desta dificuldade podem ser encontradas no decorrer da história da Igreja. Para exemplificar, o Papa João Paulo II, depois de 27 anos de pontificado, alterou pouco a estrutura dos cardeais, reduzindo um pouco o poder europeu e privilegiando um aumento no colégio africano. O Papa Bento XVI, por sua vez, depois de oito anos de pontificado, devolveu novamente o poder ao colégio europeu em detrimento do africano e fortaleceu o colégio asiático. Diferente de seus antecessores, o Papa Francisco foi ousado, reconfigurando estes dois órgãos já no primeiro ano de pontificado.

Tal ousadia não parou somente no quesito nomeações, pois, além de mudar o Secretário de Estado, o Papa Francisco provavelmente realizará uma reforma deste cargo dentro de seu pontificado, devido ao excesso de poder exercido pelo titular desta Secretaria (ECCLESIA, 2013). Isto porque, além de coordenar as relações internacionais da Santa Sé, ele também é responsável por coordenar os trabalhos da Cúria e outros Organismos da Sé Católica (JOÃO PAULO II, 1988). Este cargo pode, por meio da configuração original, intervir em decisões do papa para aplicar interesses particulares.

A intenção do Papa Francisco ao realizar a reforma é dividir este cargo em dois postos. Com a nova configuração, o

Secretário de Estado responderia apenas pelas Relações Internacionais da Santa Sé e o outro cargo, a ser criado, servirá como um agente de articulações entre os diversos órgãos da Cúria (ECCLESIA, 2013). Dessa forma, essa nova divisão diminui a sobeja influência que este agente exerce dentro do processo decisório da Santa Sé e possibilita um maior controle da Cúria pelo Papa.

Esse excesso de poder do Secretário de Estado foi evidenciado principalmente durante o pontificado de Bento XVI, em que o secretário cardeal Bertone alterava algumas pessoas de cargo conforme seu próprio interesse. Ademais obstruindo decisões do próprio Papa quando não condizentes com suas próprias vontades.

Enquanto não se faz tal reforma, este cargo continua com uma equivalência de um primeiro-ministro e atualmente é ocupado pelo cardeal italiano D. Pietro Parolin. Sua indicação, conforme a agência de notícia Ecclesia (2013), pode estar relacionada ao trabalho que este cardeal realizou juntamente com a Venezuela quando núncio apostólico daquele país. Ainda de acordo com essa agência, sua nomeação é uma tentativa de criar uma figura moderada dentro da Cúria.

Assim como o órgão anterior, o Colégio Cardinalício também apresentou um novo balanceamento de poder. Neste caso, a mudança ocorreu na nomeação dos cardeais para o primeiro Consistório de 2014. Isto porque, os preladados

nomeados por Francisco impactaram na distribuição de poder no colégio. A divulgação dos nomes permitiu verificar uma tendência para o fortalecimento do grupo latino-americano dentro do colégio de cardeais. Isto, porque, dos 19 cardeais nomeados pelo Papa Francisco, 16 são eleitores e destes seis são latino-americanos.

Em número de cardeais nomeados no Consistório em 2014, temos seis europeus, um norte-americano, seis latino-americanos, dois africanos e um asiático. Cabe ressaltar,

entretanto, que dos seis cardeais europeus nomeados, duas indicações serviram para fins de substituição de dois cardeais que passaram a serem não eleitores. Além dos europeus, houve também nomeação por substituição do cardeal equatoriano Chiriboga, que ultrapassou os 80 anos antes do Consistório, considerado a idade limite para o direito de voto (MELLONI, 2002). Desta forma podemos comparar os números dos cardeais eleitores de 2013 e 2014 da seguinte forma:

TABELA 1 – NÚMERO DE CARDEAIS ELEITORES POR CONTINENTE (2013-2014)

Anos	2013		2014	
	Membros	Percentual	Membros	Percentual
Europa	57	52,3	61	50,0
América Setentrional	14	12,8	15	12,3
América Latina	15	13,8	20	16,4
África	11	10,1	13	10,7
Ásia	11	10,1	12	9,8
Oceania	1	0,9	1	0,8
Totais	109	100	122	100

Fonte: elaboração própria a partir de Santa Sé (2013b); Francisco (2014).

Em comparação com o Colégio que elegeu Papa Francisco, este Consistório promoveu um aumento em todos os continentes: quatro cardeais europeus, um cardeal para América Setentrional, cinco cardeais latino-americanos; dois africanos; e um asiático. Ademais, as nomeações de Francisco transmitiram uma falsa impressão de manutenção do poder europeu, devido à quantidade absoluta de nomeado. No entanto, quando analisado em termos percentuais, conforme mostra a tabela, percebe-se

uma transmissão de poder do colégio europeu para o latino-americano.

Além disto, é importante considerar que dos seis nomeados europeus, quatro foram nomeações para bispos da Cúria e secretário do Sínodo dos Bispos, ou seja, podem ser consideradas nomeações de tradição, devido às qualificações de cardeal que esses cargos requerem de seu titular. Para mais, cabe ressaltar que todos esses quatro nomes indicados tiveram relações com a Igreja latino-americana, sendo que três moraram no continente

por longo período de tempo. Por exemplo, o cardeal italiano Pietro Parolin, Secretário de Estado do Vaticano, foi núncio apostólico da Venezuela (ECCLESIA, 2013), que equivale a um embaixador da Santa Sé, pelo período de quatro anos (ALLEN JR, 2003), durante metade de todo o papado de Bento XVI.

Da mesma forma, o cardeal italiano Beniamino Stella já trabalhou como Núncio Apostólico. No caso dele, sua missão foi em Cuba e Colômbia, totalizando um período de trabalho de 15 anos na região (SANTA SÉ, 2013c). Outro cardeal italiano, Dom Lorenzo Baldisseri, foi Núncio Apostólico no Haiti, Paraguai e Brasil, totalizando 19 anos de residência no continente (CNBB, 2012). Por último, o cardeal alemão Gerhard Müller, apesar de não ter residido na América Latina escreveu um livro junto do padre Gustavo Guitiérrez sobre a

Teologia na América Latina e também manteve contato com as principais universidades latino-americanas (SANTA SÉ, 2013a).

Finalmente, as alterações realizadas pelo Papa Francisco na Secretaria de Estado e no Colégio Cardinalício fortalecem o papado. Diante o primeiro órgão, o fortalecimento ocorre mediante o enfraquecimento do Secretário de Estado e nomeação de um cardeal mais moderado e contido. Além deste, no Colégio Cardinalício ocorre uma redistribuição do poder, aumentando percentualmente o colégio latino-americano e reduzindo o poder Europeu. Ademais, partes dos nomes europeus nomeados no primeiro ano de pontificado do Papa Francisco apresentam em suas histórias períodos de residências no continente latino-americano.

5 Manutenções no processo decisório

A política de preferência por latino-americanos não é exclusiva do pontificado de Francisco. Ela é algo que já vem sendo buscado desde a segunda metade do pontificado do Papa Bento XVI. Alguns autores como Gerson Camarotti (2013) atribuem à reaproximação de Roma e América Latina à visita do papa Bento XVI ao Brasil em 2007. Por isso, nota-se a manutenção no pontificado do Papa

Francisco de parte considerável dos prefeitos das Congregações da Cúria Romana, pois sete dos prefeitos apresentam ligações com a América Latina.

Assim que é eleito, um Papa realiza o *spoils system* das Congregações da Cúria, ou seja, deve confirmar ou nomear novos responsáveis. Neste caso, a estrutura montada pelo Papa Francisco pode ser visualizada no quadro abaixo:

QUADRO 2 – SPOILS SYSTEM DO PAPA FRANCISCO PARA AS CONGREGAÇÕES

Congregações	Prefeitos	Ano	Relações com a América Latina
Para a Doutrina da Fé	Arcebispo Gerhard Müller (Alemão)	2012	Pesquisador da Teologia na América Latina
Para as Igrejas Orientais	Cardeal Leonardo Sandri (Argentino)	2007	Vinculo Patriótico com o continente
Do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos	Cardeal Antonio Llovera (Espanhol)	2008	Conselheiro da Pontifícia Comissão para América Latina.
Das Causas dos Santos	Cardeal Angelo Amato (Italiano)	2008	Não apresenta ligação direta com os trabalhos no continente
Para os Bispos	Cardeal Marc Ouellet (Canadense)	2008	Presidente da Pontifícia Comissão para América Latina.
Para a Evangelização dos Povos	Cardeal Fernando Filoni (Italiano)	2011	Lotado junto a Nunciatura do Brasil nos anos 80
Para o Clero	Mons. Beniamino Stella (Italiano)	2013	Núncio Apostólico em Cuba e Colômbia
Para os Institutos de vida consagrada e Sociedades de Vida Apostólica	Cardeal João Braz de Aviz (Brasileiro)	2011	Vinculo Patriótico com o Continente.
Dos Seminários e dos Institutos de Estudo	Cardeal Zenon Grocholewski (Polonês)	1999	Não apresenta ligação direta com os trabalhos no continente

Fonte: elaboração própria a partir de Santa Sé (2013a; 2013c; 2014)

De acordo com esses dados percebeu-se que o Papa confirmou praticamente todos os prefeitos do pontificado de Bento XVI, alterando a prefeitura apenas da Congregação para o Clero. Tal alteração foi realizada devido a interesses do Papa de ter como o Cardeal Piacenza a frente da Penitenciária Apostólica. Sendo assim, não houve uma alteração significativa nas Congregações.

Dentre todas as congregações apresentadas, é importante discorrer um pouco mais sobre a Congregação para os Bispos. Isto porque tal órgão é um dos consultados para a nomeação de Bispos e Cardeais. Dessa forma essa congregação exerce papel fundamental no processo decisório da Santa Sé, pois é ele que determina os futuros decisores.

Além de indicar esses nomes, ela também é responsável pela a articulação

dos bispos no mundo e tem como prefeito o Cardeal canadense Marc Ouellet. De acordo com o artigo do Pe. Dwight Longenecker (2013), este cardeal apresenta um perfil conservador, porém de linha mais branda, e muito espiritual. Outra característica importante são as posições que Dom Ouellet já assumiu, pois conhece bastante a cúria, sendo inclusive o encarregado pela Pontifícia Comissão para a América Latina (LONGENECKER, 2013).

Conclui-se que o Papa Francisco adotou uma política para tratar das Congregações da Cúria Romana distinta das que utilizou nos demais organismos do processo decisório vaticano. A tendência nos demais casos foi uma política de substituição e redirecionamento dos organismos para a América Latina. No caso das Congregações, ele adotou uma política

de continuidade, pois parte considerável desses prefeitos foi lotada na segunda metade do pontificado de Bento XVI, que

já observava a necessidade de uma reaproximação da Cúria para com a América Latina.

6 Conclusão

Baseado em uma análise organizacional da Santa Sé e também na conjuntura da Igreja em que o Papa Francisco foi eleito, o estudo infere que o principal interesse da Santa Sé é conter a “hemorragia de fiéis”. Em termos geográficos, esta preocupação sobrepesa na América Latina, que detém a maior parte dos fiéis e onde a hemorragia é mais aguda. Para combater este problema, o Vaticano vem apostando em uma reaproximação com a Igreja latino-americana desde a segunda metade do pontificado de Bento XVI.

As mudanças realizadas na estrutura decisória da Igreja Católica assim como na equipe que o auxilia gera esta reaproximação e favorece na solução dos problemas naquele continente. Primeiramente, as crises políticas apontadas nos trabalhos, como a corrupção e escândalos de pedofílias, podem ser sanadas no curto prazo ao colocar cardeais de fora de Roma no poder decisório, retirando os possíveis envolvidos nas crises e dando uma resposta a comunidade internacional. No que tange a “hemorragia de fiéis” e a credibilidade da Igreja, indicar cardeais com experiência na América Latina para o poder permite um maior poder sobre o

clero deste continente, devido à rede de contato destes decisores.

Ademais, por apresentarem contatos semelhantes ao continente e opiniões semelhantes, a escolha desses cardeais favorece a governança do Papa Francisco no continente, pois há uma redução na possibilidade de uma ruptura na implementação das suas ordens, como as rupturas realizadas pelo cardeal Bertone no pontificado de Bento XVI. Além disto, a reconfiguração da estrutura decisória possibilita um fortalecimento do poder do Papa sem apelar para a centralidade das decisões, pois cria diversos canais de comunicação entre o Papa e os organismos da cúria, limitando o poder dos seus colaboradores direto, e possibilita delegação de tarefas para um número maior destes colaboradores.

No entanto, mesmo com tais alterações e aumento de sua governança, a implementação de suas decisões também depende bastante da renovação natural do Colégio de Cardeais. Isso porque o número de cardeais é limitado e o cargo é vitalício, ou seja, só é possível indiciar um novo cardeal caso outro deixe a situação ativa ou haja uma mudança da regra. Assim, o

poder de ação do papa Francisco no continente latino-americano aumentará somente a médio-prazo, tempo necessário para renovar suficientemente o Colégio de Cardeais.

Concluindo, nota-se nas composições dos organismos decisores uma tendência latino-americana. Além disto, ao analisar o perfil ideológico de

cada uma dessas instituições, percebe-se que o Papa Francisco priorizou o perfil moderado. Mediante estas análises é possível prever, neste pontificado, um foco na solução da hemorrhagia de fiéis do catolicismo e um novo balanceamento de poder, em que a tendência é o aumento das forças latino-americanas dentro da Santa Sé.

Referências

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p. 15-35.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In.: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BULHÕES, Tatiana da Silva. **Evidências esmagadoras dos seus atos: fotografia e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Niterói, 2007.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HEINZ, Flávio M. (org.) **Por outra História das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

IGREJA CATÓLICA. Oração do Credo. In: **Eu Creio: pequeno Catecismo Católico**. São Paulo, 1999.

LENHARO, Alcir. **A Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários: a evolução política de Lucács (1909-1929)**. São Paulo: Lech Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. (Coleção Histórica e Política).

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia e memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOURA, Carlos André Silva de. **Fé, saber e poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 -1937)**. Recife, 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da UFRPE. Recife, 2010.

PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife (1927 - 1977): ensaio biográfico**. Recife: Editora Universitária, 1977. v. 2.

RÊGO, Alberto da Silva. **Os aldeões de Garanhuns, sua gente, seus jovens, suas associações, o mundo literário, os "players", os poetas, e árvores genealógicas**. Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1987.

SALGADO, Plínio. **Manifesto de Outubro de 1932**. São Paulo: Editora Voz do Oeste, 1982.

SILVA, Giselda Brito. O Recife entre a amizade e a política: a geração tradicionalista de 1930 no Perfil Parlamentar Pernambucano. In: _____.; SCHURSTER, Karl. **História do Recife**: entre narrativas do passado e interpretações do presente. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2001. p. 225-254.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê! **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, n. 50, p. 61-95, 2005.

VIEIRA, Alfredo. **Garanhuns do meu tempo**: memória. Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1997.

Artigo recebido em 16 de abril de 2014.
Aceito em 30 junho de 2014.